

NOTA À 41ª EDIÇÃO – 2016	7
NOTA À 1ª EDIÇÃO – 1987	8

UMA VISÃO PANORÂMICA DO PROCESSO

1. Noções de processo civil	17
2. Processo	17
3. Procedimento	19
4. Jurisdição contenciosa e jurisdição voluntária	20
5. Processo de conhecimento	20
6. Tutela provisória	22
7. Os participantes do processo	22
8. Os autos do processo	23
9. Competência	24
10. Citação	24
11. Intimação	24
12. Contestação	24
13. Provas	25
14. Sentença	26
15. Recursos	26
16. Liquidação de sentença	27
17. Procedimentos especiais	27
18. Juizados Especiais	27
19. Princípios gerais do processo	28

Parte Geral

Capítulo 1 – UM CÓDIGO DE PRINCÍPIOS	33
1. Inércia da jurisdição	34
2. Inafastabilidade da jurisdição	34
3. Aplicação visando aos fins sociais e às exigências do bem comum	35
4. Publicidade dos atos processuais	35
5. Fundamentação das decisões judiciais	35
6. Incentivo às formas consensuais de solução de conflitos	35
7. Prazo razoável do processo e ordem cronológica	36
8. Boa-fé processual e cooperação	36
9. Contraditório efetivo	37
Capítulo 2 – APLICAÇÃO DAS REGRAS PROCESSUAIS	
1. O conceito de processo civil	38
2. Leis processuais brasileiras	38
3. A lei processual no tempo	39
4. A lei processual no espaço	39
5. O Poder Judiciário	39
5.1 Justiça Comum	40
5.2 Justiça Especial	41
Capítulo 3 – JURISDIÇÃO E AÇÃO	
1. Jurisdição	42

1.1 Jurisdição contenciosa	43
1.2 Jurisdição voluntária	43
2. Pressupostos processuais	45
3. Legitimidade e interesse: as condições da ação	45
4. Classificação das ações	46
5. Competência	47
5.1 Determinação da competência	47
5.2 Competência absoluta	48
5.3 Competência relativa	48
5.4 Competência absoluta virtual	49
5.5 Conexão e continência	49
5.6 Perpetuação da jurisdição	50
5.7 Prevenção	50
5.8 Incompetência	51
Capítulo 4 – CAPACIDADE PROCESSUAL	52
1. Curador especial	52
2. Outorga uxória	53
3. Citação obrigatória dos cônjuges ou companheiros	53
4. Representações especiais	54
Capítulo 5 – DEVERES DAS PARTES E DE SEUS PROCURADORES	
1. Litigância de má-fé	55
2. Despesas, honorários e multas	56
3. Gratuidade da Justiça (judicial e extrajudicial)	57
Capítulo 6 – LITISCONSÓRCIO E INTERVENÇÃO DE TERCEIROS	
1. Litisconsórcio	59
2. Espécies de litisconsórcio	59
3. Regimes do litisconsórcio	61
4. Prazos no litisconsórcio	62
5. Intervenção de terceiros	62
5.1 Assistência	62
5.2 Denúnciação da lide	63
5.3 Chamamento ao processo	65
5.4 Incidente de descon sideração da personalidade jurídica	65
5.5 “Amicus curiae”	66
Capítulo 7 – JUIZ E AUXILIARES DA JUSTIÇA	
1. Juiz	67
1.1 Impedimento e suspeição	68
1.2 Jurisprudência classificada. Impedimento e suspeição	69
2. Auxiliares da Justiça	70
2.1 Escrivão ou chefe de Secretaria	70
2.2 Oficial de justiça	71
2.3 Perito	71
2.4 Depositário, administrador, intérprete e tradutor	71
2.5 Conciliadores e mediadores	72
3. Ministério Público	72
3.1 Posicionamento constitucional do Ministério Público	72
3.2 Ministério Público no processo civil	73
4. Advocacia Pública	74

5. Defensoria Pública	75
Capítulo 8 – FORMA DOS ATOS PROCESSUAIS	
1. Regras gerais	
1.1 Negócio jurídico processual	76
1.2 Princípio da publicidade e o segredo de justiça	77
1.3 Língua portuguesa, exclusivamente	78
2. Processo eletrônico	78
3. Espécies de pronunciamentos judiciais	78
Capítulo 9 – LUGAR E TEMPO DOS ATOS PROCESSUAIS	
(A) LUGAR DOS ATOS PROCESSUAIS	80
(B) TEMPO DOS ATOS PROCESSUAIS	
1. Normas gerais	80
2. Prazos	
2.1 Espécies de prazos	81
2.2 Prazos gerais	82
2.3 Restituição de prazo	82
2.4 Início do prazo	82
2.5 Contagem do prazo	83
2.5.1 Prazos em dias	83
2.5.2 Prazos em anos e meses	84
2.5.3 Prazos em horas e minutos	84
2.6 Suspensão do prazo	84
2.7 Prorrogação e redução do prazo	85
2.8 Prazos em dobro	85
2.9 Preclusão temporal	85
2.10 Fiscalização dos prazos e penalidades	85
Capítulo 10 – COMUNICAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS	
1. A citação	87
1.1 Carta precatória, rogatória e de ordem	89
1.2 Curador especial, nomeação	89
2. Intimação	90
2.1 Intimação do advogado	90
2.2 Ministério Público, Defensoria Pública e Advocacia Pública	91
2.3 Intimação por retirada dos autos em carga	91
2.4 Intimação da parte, órgãos técnicos e interessados	91
2.5 Intimação no processo eletrônico	92
2.6 Dispensa de intimação	92
Capítulo 11 – NULIDADES	
1. Noções	93
2. Efeitos da declaração de nulidade	94
3. Princípio geral do aproveitamento do ato processual	94
3.1 <i>Pas de nullité sans grief</i> (“não há nulidade sem prejuízo”)	94
3.2 <i>Nemo auditur propriam turpitudinem allegans</i> (“ninguém é ouvido quando alega a própria torpeza”)	95
3.3 O ato permanece válido se preservada sua finalidade	95
Capítulo 12 – VALOR DA CAUSA	96
Capítulo 13 – TUTELA PROVISÓRIA	98
1. Tutela provisória de urgência	98

1.1 Tutela antecipada	99
1.2 Tutela cautelar	100
2. Tutela provisória da evidência	101
Capítulo 14 – FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO	
1. Noções: processo e procedimento	105
2. Formação do processo	105
3. Suspensão do processo	106
4. Extinção do processo	106
Parte Especial I – PROCESSO DE CONHECIMENTO	
Capítulo 1 – PROCEDIMENTO COMUM	
1. Indeferimento liminar da petição inicial	112
2. Improcedência liminar do pedido – Tutela negativa da evidência	112
3. Audiência obrigatória de conciliação ou mediação	113
4. Contestação	113
4.1 Modalidades de resposta e espécies de defesa	114
5. Reconvenção	115
6. Revelia	116
7. Reconhecimento do pedido	117
8. Providências preliminares e saneamento do processo	118
9. Fase de instrução	119
9.1 Poder de instrução do juiz	119
9.2 Valoração da prova	119
9.3 Disposições gerais sobre as provas	120
10. A audiência de instrução e julgamento	120
Capítulo 2 – PROVAS EM ESPÉCIE	
1. Produção antecipada da prova	125
2. Ata notarial	126
3. Depoimento pessoal	126
4. Confissão	127
5. Exibição de documento ou coisa	127
6. Prova documental	128
6.1 Arguição de falsidade	129
7. Cartas particulares	130
8. Gravações fonográficas	130
9. Prova testemunhal	131
10. Prova pericial	133
11. Inspeção judicial	134
12. Jurisprudência classificada (prova e testemunha)	134
Capítulo 3 – SENTENÇA	
1. Disposições especiais sobre a fundamentação	140
2. Limites da sentença	141
3. Tipos de sentença	141
4. Hipoteca judiciária	142
5. Remessa necessária (reexame obrigatório)	142
6. Tutela específica nas ações de prestação de fazer, não fazer e de entregar coisa	
7. Coisa julgada	143
Capítulo 4 – LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA	
	145

Capítulo 5 – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA

1. Cumprimento de sentença para pagar quantia certa	147
2. Cumprimento provisório de sentença	148
3. Cumprimento de sentença de alimentos	148
3.1 Cumprimento privilegiado de sentença de alimentos	148
3.2 Cumprimento de sentença para pagar quantia certa	149
3.3 Desconto em folha	149
3.4 Alimentos por ato ilícito – Constituição de capital	149
4. Cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública	150
5. Cumprimento de sentença reconhecendo obrigação de fazer ou não fazer	150
6. Cumprimento de sentença reconhecendo obrigação de entregar coisa	150

Capítulo 6 – PROCEDIMENTOS ESPECIAIS 151

Capítulo 6-A – PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO CONTENCIOSA

1. Ação de consignação em pagamento	152
1.1 Fase extrajudicial (facultativa)	152
1.2 Fase judicial	153
2. Ação de exigir contas	153
3. Ações possessórias	154
3.1 Ação de manutenção e reintegração de posse	154
3.2 Interdito proibitório	155
4. Ação de demarcação de terras particulares	155
5. Ação de divisão de terras particulares	156
6. Ação de dissolução parcial de sociedade	156
7. Inventário e partilha	
7.1 Observações iniciais	157
7.2 Procedimento de inventário e cálculo do tributo	158
7.3 Partilha	159
8. Arrolamento sumário	159
9. Arrolamento comum	160
10. Embargos de terceiro	160
11. Oposição	161
12. Habilitação	161
13. Ações de família	162
14. Ação monitória	163
15. Homologação do penhor legal	164
16. Regulação da avaria grossa	165
17. Restauração de autos	165

Capítulo 6-B – PROCEDIMENTOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA

1. Notificação e interpelação	167
2. Alienação judicial	168
3. Divórcio, separação e extinção de união estável consensuais e alteração do regime de bens do matrimônio	168
4. Dos testamentos e dos codicilos	169
5. Herança jacente	169
6. Bens dos ausentes	170
7. Coisas vagas	171
8. Interdição	171
9. Da organização e da fiscalização das fundações	173

10. Ratificação dos protestos marítimos e dos processos testemunháveis formados a bordo

Parte Especial II – PROCESSO DE EXECUÇÃO

1. Noções gerais	175
1.1 Condutas atentatórias à dignidade da Justiça	176
1.2 Fraude à execução	177
2. Execução para entrega de coisa	177
3. Execução das obrigações de fazer ou não fazer	177
4. Execução por quantia certa	178
5. Execução contra a Fazenda Pública	181
6. Execução de alimentos	181
7. Embargos à execução	182
8. Suspensão do processo de execução	182
9. Extinção do processo de execução	183
10. Execução contra devedor insolvente	183
10.1 A “concordata civil”	184

Parte Especial III – QUESTÕES PARALELAS AOS RECURSOS – MEIOS DE IMPUGNAÇÃO

1. Técnica de julgamento colegiado de resultado não unânime (embargos infringentes automáticos)	185
2. Incidente de Assunção de Competência/IAC	186
3. Incidente de arguição de inconstitucionalidade	186
4. Conflito de competência	187
5. Ação rescisória	187
6. Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas /IRDR	189
7. Reclamação	190

Parte Especial IV – RECURSOS

1. Noções gerais	191
1.1 Efeitos dos recursos	192
1.2 Pressupostos recursais	192
1.3 Recurso adesivo	193
1.4 Desistência e renúncia	194
1.5 Prazo recursal	194
1.6 Litisconsórcio e solidariedade	194
1.7 Preparo e deserção	194
1.8 Fungibilidade dos recursos	195
2. Apelação	
2.1 Objeto da apelação	195
2.2 Efeitos da apelação	195
2.3 Procedimento	196
3. Agravo de instrumento	197
4. Agravo interno	199
5. Embargos de declaração	199
6. Embargos de alçada	200
7. Correção parcial	201
8. Recurso ordinário	201
9. Recurso extraordinário	201

10. Recurso especial	202
11. Recursos repetitivos, especiais ou extraordinários	202
12. Agravo em recurso especial e em recurso extraordinário	203
13. Embargos de divergência	203
14. Remessa necessária	204

Parte Complementar I – ARBITRAGEM 206

Parte Complementar II – JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

1. Competência	209
2. Acesso gratuito	210
3. Do juiz, dos conciliadores e dos juízes leigos	210
4. Partes	211
5. Procedimento	
5.1 Pedido	211
5.2 Citação	211
5.3 Sessão de conciliação	212
5.4 Audiência de instrução e julgamento	212
5.5 Sentença	212
5.6 Recurso inominado	213
5.7 Embargos de declaração	213
5.8 Execução	213
5.9 Simplificação das fórmulas	214
5.10 Disposições especiais sobre acordos extrajudiciais	214
6. Juizados Especiais da Fazenda Pública	215

Parte Complementar III – VOCABULÁRIO DE PROCESSO CIVIL 216

Bibliografia	231
Índice Alfabético	237